

PLANO DE AULAⁱ

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS– UFAM		
CURSO: DIREITO		
PROFESSOR: Especialista Rafael da Silva Menezes		
NÍVEL DE ENSINO: SUPERIOR	PERÍODO: 5º	TURNO: NOTURNO
DATA: 10/07/2013		DURAÇÃO DA AULA: 240 min
TEMA DA AULA: Defeitos dos Atos Processuais		

ROTEIRO

Contexto

**“A Ciência tem uma missão grave:
o estudo racional das formas
vigentes, sem o qual o legislador
vagará na incerteza e no erro”**

(Chiovenda)

Contexto

“Ponto de equilíbrio entre a preservação das formas, como garantia do devido processo legal, e a liberdade das formas como pressuposto da instrumentalidade do processo e da efetividade da tutela jurisdicional dos direitos”

(Leonardo Greco)

Plano de Existência



Plano de Validade



Plano de Eficácia

Plano de
Existência

“Ato processual deve possuir aqueles elementos mínimos que permitem identificá-lo”

(elementos identificadores – Alexandre Câmara)

Exemplos:

sentença sem dispositivo

sentença proferida por quem não é juiz

Art.37, parágrafo único, do CPC

Plano de
Existência

Exemplos:

sentença sem dispositivo

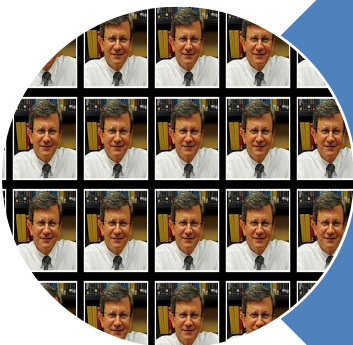
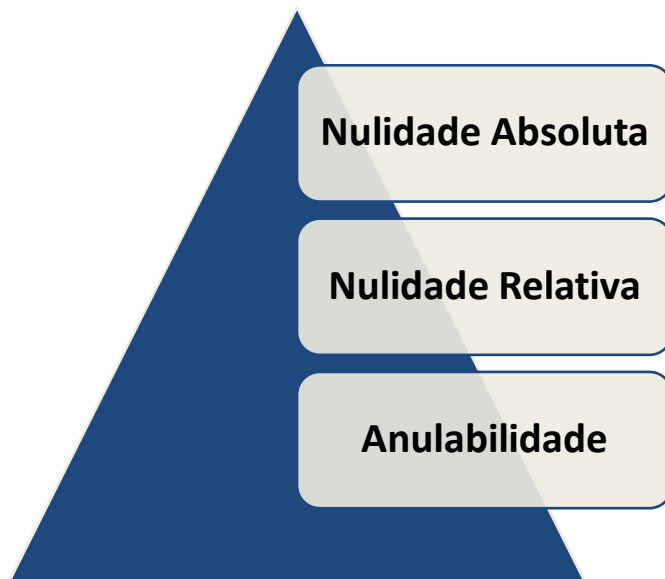
sentença proferida por quem não é juiz

Art.37, parágrafo único, do CPC

Não convalesce pelo decurso do tempo

Fato real e histórico, um nada jurídico

Recorribilidade ??



**“A invalidação do ato
sempre dependerá da
decretação da
nulidade por parte do
juiz, não havendo que
se falar, portanto, que
os atos processuais
perdem sua validade
de forma automática”**

(Elpídio Donizetti)

**Plano de
Validade**
*(Nulidade
Absoluta)*

**Violação de Norma Cogente de Proteção
Principal do Interesse Público**

Ex.: art. 113, 2º, CPC, art. 267, 3º, CPC

Juizes incompetentes e/ou impedidos
Citação inválida

Vício Insanável

***Ex Officio* ou Requerimento das Partes**

A qualquer tempo durante o processo

**Plano de
Validade**
*(Nulidade
Relativa)*

**Violação de Norma Cogente de Proteção do
Interesse Privado**

Ex.: art. 11, CPC

Vício Sanável

***Ex Officio* ou a Requerimento das Partes**

A qualquer momento

**Plano de
Validade**
(Anulabilidade)

Violação de Norma Dispositiva

Ex.: art. 650, CPC

Vício sanável

Depende sempre de provocação

**Arguida na primeira oportunidade de falar
nos autos**

**Plano de
Eficácia**

Ineficácia dos Atos Processuais Inválidos

**O ato processual inválido produz efeitos até
a declaração de invalidade**

Ex.: Execução de sentença condenatória nula

Ineficácia dos Atos Processuais Válidos

Art. 47, CPC (litisconsórcio)

Sentença Ilíquida

Plano de
Eficácia

Ineficácia dos Atos Processuais Inválidos

O ato processual inválido produz efeitos até a declaração de invalidade

Ex.: Execução de sentença condenatória nula

Ineficácia dos Atos Processuais Válidos

Art. 47, CPC (litisconsórcio)

Sentença Ilíquida

Plano de
Eficácia

Nem toda ineficácia deriva da nulidade

Ex.: sentença condenatória que tenha sido objeto de recurso de apelação, recebido no duplo efeito (devolutivo e suspensivo)

Regras Gerais

Princípio da Transcendência (Prejuízo)

- Se não houve prejuízo às partes, não pode ser declarada invalidade do ato processual
- *Pas de nullité sans grief*
- Ref. Leg.: art. 249, 1o, CPC
- Aplica-se às nulidades relativas e às anulabilidades

Princípio da Utilidade

➤ Quando o juiz puder decidir o mérito em favor daquele a quem aproveitaria a decretação de nulidade, não deve ser reconhecida a invalidade

➤ Ref. Leg.: art. 249, 2o, CPC

➤ Art. 250, CPC

Princípio da Instrumentalidade

Quando a lei prescrever determinada forma sem a cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade

Art. 244, CPC

Proibição do *Venire Contra Factum Proprium*

Não pode ser requerida pela parte que deu causa à invalidade (preclusão lógica)

Ex.: parte que requer a nulidade do processo por defeito na sua própria representação processual

“impossibilidade que se encontra a parte de praticar determinado ato ou postular certa providência judicial em razão da incompatibilidade existente entre aquilo que a parte agora pretende e sua própria conduta anterior” Ovídio Baptista

A invalidade deve ser requerida pela parte prejudicada, na primeira oportunidade, sob pena de preclusão.

**Ref. Leg.: art. 243, 245, Parágrafo Único, CPC
(Somente às anulabilidades)**

Princípio do Aproveitamento

É possível aproveitar um ato processual, indevidamente praticado, como outro.

Fungibilidade recursal

Fungibilidade entre possessórias e petições

Fungibilidade entre cautelar e tutela antecipada

Art. 295, V, CPC

Art. 273, 7º, CPC

Art. 246, CPC (Participação do Ministério Público)

“A intervenção da Procuradoria de Justiça em segundo grau evita a anulação do processo no qual o Ministério Público não tenha sido intimado em primeiro grau, desde que não demonstrado o prejuízo do interesse tutelado” (ENTA)

“Não se invalida o procedimento, pela falta de intervenção do Ministério Público, se a decisão for favorável ao incapaz, cuja presença em juízo é a causa da intervenção ministerial” (Fredie Didier Jr.)

Art. 246, CPC (Participação do Ministério Público)

Exige-se apenas a intimação. Se intimado e não houver manifestação, não haverá nulidade

A declaração de invalidade retroage ao momento em que se fez necessária a intervenção ministerial

MERA IRREGULARIDADE

- Assinatura de petição em cor clara (art. 169, CPC)

- Pequenas expressões estrangeiras (art. 157, CPC)

- Não gera a nulidade do ato

EFEITO EXPANSIVO

- Art. 248, CPC
- Efeitos da nulidade sobre outros atos
- Somente os atos subsequentes são anulados
- Entre os atos deve haver relação de subordinação
- Atos complexos (confinamento da nulidade)

6. Outras Classificações

Vícios Insanáveis =
nulidades absolutas

Vícios Sanáveis =
relativas + anulabilidade

Irregularidades

Galeno Lacerda

Moniz de Aragão
Antônio Janyr Jr

6. Outras Classificações

Teresa Arruda Alvim Wambier

NULIDADES DE FUNDO = GERAM
NULIDADE ABSOLUTA EQUIPARANDO A
INEXISTÊNCIA

NULIDADES DE FORMA = RELATIVAS(*)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALVIM, Eduardo Arruda. *Direito Processual Civil*. São Paulo: RT, 2010.
CAMARA, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil Vol. 1*. Editora Atlas, 2013.
DIDIER, Fredie, *Direito Processual Civil*. Vol 1. Editora Jus Podivm.
DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. Vol1. Malheiros: 2013.
GRECO, Leonardo. *Instituições de Processo Civil*. Vol. 1. Forense, 2012.
TALAMINI, Eduardo. WAMBIER, Luis Rodrigues. *Curso Avançado de Direito Processual Civil*. Vol.1, Editora RT, 2013.
MEDINA, Miguel Garcia. ALVIM, Teresa Arruda. *Processo Civil Moderno. Parte Geral e Processo de Conhecimento*. Vol. 1, Editora RT, 2012.
MONTENEGRO FILHO, Misael Montenegro. *Código de Processo Civil Comentado*. 2ª Ed. Atlas, 2013.
MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de Processo Civil*. Processo de Conhecimento. 11. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AMENDOEIRA, Sidnei, *Manual do Direito Processual Civil*. Vol.1. Saraiva: 2013.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
FACULDADE DE DIREITO – FD
DEPARTAMENTO DE DIREITO APLICADO



ⁱ ESTE PLANO DE AULA NÃO CONTEMPLA TODOS OS ASSUNTOS TRATADOS EM SALA DE AULA. TRATA-SE APENAS DE UM MATERIAL COMPLEMENTAR, QUE VISA TORNAR MAIS EFICIENTE O DIÁLOGO ESTABELECIDO EM SALA DE AULA, INDICANDO OS TÓPICOS A SEREM TRATADOS.